

Ass. Const. Comissão
ANC - CPEC 19 SET 1986

Comissão entrega o anteprojeto da Constituição ao presidente Sarney

Moreira Mariz

Da Sucursal de Brasília



Sarney condecora Arinos com a Grã Cruz da Ordem Nacional do Mérito

O anteprojeto de Constituição entregue ontem ao presidente José Sarney, 56, pelo jurista Afonso Arinos de Melo Franco, 80, presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, em cerimônia realizada às 15h, no Palácio do Planalto, somente será enviado ao Congresso constituinte caso este o peça ao Executivo.

A decisão, do presidente Sarney, foi comunicada oficialmente pelo porta-voz da Presidência da República, Fernando César Mesquita. Segundo ele, o Congresso constituinte é soberano e não poderia ser instalado sob o impacto de um anteprojeto. O anteprojeto de Constituição preparado pela comissão consumiu um ano e dois meses de trabalho e Cz\$ 3,8 milhões da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, segundo o secretário-executivo da comissão, Mauro Santayana, e foi elaborado por 49 das cinquenta pessoas nomeadas pelo presidente Sarney no dia 18 de julho de 1985, sob a liderança de Afonso Arinos de Melo Franco (o ex-deputado Célio Borja deixou a comissão ao ser indicado ministro do Supremo Tribunal Federal, em março).

O máximo que o presidente Sarney fará, com relação ao trabalho — composto por 432 artigos e 36 disposições provisórias — é mandar publicá-lo no "Diário Oficial" da União.

Compareceram à cerimônia de entrega 37 integrantes da Comissão, entre eles, alguns candidatos ao Congresso constituinte, como Hélio Santos (PMDB-SP), Miguel Reale Jr. (PMDB-SP), Eduardo Portella (PMDB-RJ), o candidato ao governo pelo PFL da Bahia, Josaphat Marinho, e o próprio Afonso Arinos,

CONSTITUINTE 86



UnB vai pesquisar o perfil da Constituinte

A Universidade de Brasília (UnB) vai divulgar, logo após a eleição de novembro, pesquisa sobre o perfil social do Congresso constituinte eleito no dia 15. Este será o primeiro trabalho do Centro de Acompanhamento da Constituinte (Ceac) com sede na UnB, que conta com a participação da Universidade de Campinas, Pró-Memória, Dieese, Diap (Departamento Intersindical de Assuntos Parlamentares), Idesp (Instituto de Desenvolvimento Social, Econômico e Político da PUC/SP) e Inesc (Instituto de Estudos Sociais e Econômicos).

candidato ao Senado pelo PFL do Rio.

Arinos, que foi condecorado por Sarney com a Grã Cruz da Ordem do Mérito Nacional, afirmou que o trabalho é "o conjunto de uma série de estudos e sugestões. É feito em caráter de apresentação de temas e de soluções possíveis para esses temas". Na sua opinião, "é indiferente o número de artigos que tenha, ou mesmo o tamanho". Disse também que não sugeriu e nem vai sugerir ao presidente José Sarney que envie o anteprojeto ao Congresso constituinte. "Não posso dizer ao presidente da República que faça isso ou aquilo. Mas como tenho certeza de que nós, integrantes dos partidos que dão apoio ao governo Sarney, teremos maioria no futuro Congresso, deve admitir que muitas das teses contidas no anteprojeto serão acatadas".

Leia no Guia da Constituinte, caderno especial que a Folha publica hoje, o íntegro do anteprojeto, mais um histórico dos trabalhos da Comissão, os perfis de seus integrantes e quadro comparando suas propostas com as da Fieep, da Igreja, do PT e com a atual Constituição

Proposta enseja críticas, diz Brossard

Ao presidir ontem, a partir das 10h, no auditório do Ministério da Justiça, a solenidade de encerramento dos trabalhos da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, 61, disse que o projeto de Constituição elaborado é "longo e analítico", e "enseja críticas". Em longo discurso, porém, destacou a importância da proposta como referência para "a Assembleia Nacional Constituinte", cujo resultado final espera ser uma lei constitucional "mais enxuta, mais sintética". O ex-ministro da Justiça e candidato a deputado federal Fernando Lyra (PMDB-PE), 48, que instalou a comissão no dia 3 de setembro do ano passado, no mesmo auditório (bati-

zando de "Tancredo Neves"), comprometeu-se, se eleito, a defender o trabalho dos membros da comissão. Declarou-se "emocionado" ao ver concluída a missão que lhe foi confiada pelo presidente Tancredo Neves: "Não foi fácil. Tivemos que vencer obstáculos para ter a comissão, depois fazer a composição, mas foi graças a essa comissão que a Constituinte não foi esquecida".

Trinta e sete dos quarenta e nove membros da comissão compareceram à cerimônia e assinaram os exemplares do trabalho entregues ao presidente José Sarney, ao Arquivo Nacional e à Biblioteca do Ministério da Justiça.

Cristãos divulgam documento

Do enviado especial ao Rio

Cs representantes das igrejas cristãs que participam de seminário sobre sua participação no futuro Congresso constituinte, no colégio Assunção, zona sul do Rio, divulga-

rão hoje uma declaração defendendo uma participação maior da sociedade civil na elaboração da nova Carta constitucional. O documento será divulgado nas áreas de influência da Igreja Católica e das demais, e enviada aos candidatos cristãos.

Governo evita assumir propostas

A decisão do presidente José Sarney de não remeter formalmente, ao Congresso constituinte, as propostas da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, foi a forma encontrada pelo Palácio do Planalto de demonstrar, publicamente, que o Poder Executivo não assume a sua paternidade. A Folha apurou que o presidente Sarney quis evitar os problemas que o Palácio viria a ter caso as propostas passassem a ser entendidas como um projeto do Executivo.

Na realidade, o Palácio do Planalto reviu a sua disposição inicial, que era a de criar uma comissão que fizesse sugestões aos futuros constituintes. Pesou na decisão também, segundo

apurou a Folha, a antipatia demonstrada por largos setores de congressistas à comissão de Afonso Arinos.

Outra razão seria a divergência da atual política econômica do governo com algumas propostas de forte cunho nacionalista contidas no texto final da comissão. No momento em que o Brasil enfrenta graves problemas por falta de investimentos e o presidente Sarney vai aos Estados Unidos para convidar os investidores externos a aplicarem no país, por exemplo, aprovou-se a tese de que para que uma empresa seja considerada nacional, não bastará que seu capital seja majoritariamente brasileiro. Ela terá que ter seu centro de decisões no Brasil. (Márcio Chaer)